



## Relatório da Administração

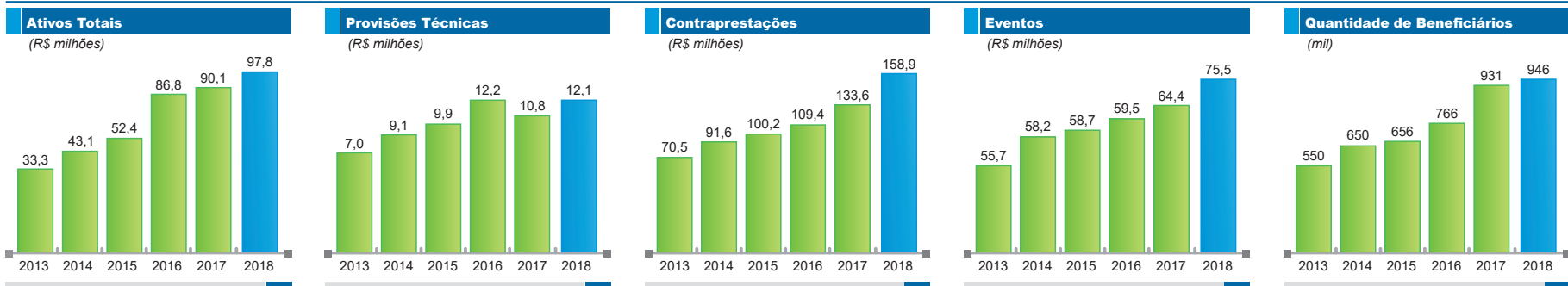
Temos a satisfação de apresentar aos nossos acionistas, parceiros de negócios e clientes as Demonstrações Financeiras da MetLife Planos Odontológicos Ltda. (“Operadora”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### A empresa

A Operadora faz parte do grupo americano MetLife Inc., líder global de seguros, planos de previdência e programa de benefícios para empregados, servindo 100 milhões de clientes em cerca de 40 países. O grupo obteve no exercício de 2018 arrecadação de prêmios, tarifas e outras receitas de US\$ 51,2 bilhões e acumulou ativo total de US\$ 687,5 bilhões.

Atuando no Brasil desde 2008 no segmento de operação de planos de assistência odontológica, conta hoje com uma rede referenciada de mais de 42 mil opções de atendimento em todo o Brasil, mais de 946 mil beneficiários cobertos, apoiados por uma estrutura com 95 colaboradores.

### Evolução dos indicadores de desempenho



### Desempenho

Os ativos totais fecharam em um patamar de R\$ 97,8 milhões no final do exercício e o patrimônio líquido foi de R\$ 66,8 milhões, com lucro líquido de R\$ 1,1 milhões. As provisões técnicas totais atingiram o montante de R\$ 12,1 milhões e o montante das contraprestações em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 158,9 milhões.

No exercício de 2018, a Operadora efetuou pagamento de tratamentos odontológicos de seus beneficiários no montante de R\$ 74 milhões. Este valor corresponde a 1.772.858 eventos pagos no período. No mesmo período, o índice de sinistralidade obtido foi de 47,5%.

O cenário econômico em 2018 foi caracterizado pela redução das pressões inflacionárias e continuidade do ciclo de redução da taxa Selic pelo Banco Central dada a ancoragem das expectativas futuras em relação aos preços. No âmbito internacional, o crescimento sustentado das economias desenvolvidas frente a um cenário benigno de inflação e a retirada progressiva dos estímulos monetários foram os fatores que influenciaram os mercados. Antevendo as condições do mercado para 2018, principalmente em relação a inflação e taxas de juros, a Operadora decidiu pela alocação em ativos pré-fixados em diferentes prazos.

### Investimentos

A Operadora vem dando ênfase no desenvolvimento de novos canais de distribuição, aproveitando as competências em sistemas de gestão e produtos, bem como com pessoas com capacitação nesses assuntos, hoje existentes nas outras operações da

própria MetLife na América Latina.

Como plano de longo prazo, um dos pontos estratégicos da Operadora é investir na melhoria contínua dos serviços para aprimorar ainda mais o atendimento a segurados e corretores, sustentado pelos investimentos em Tecnologia da Informação.

Em recursos humanos, para apoiar a execução da estratégia da Operadora, estão sendo realizados investimentos para a formação de uma liderança forte e para capacitação das equipes.

### Governança Corporativa

A Operadora segue as políticas adotadas pela matriz dando grande importância à manutenção de adequados processos de controles internos e estrito cumprimento das políticas e procedimentos estabelecidos pela Administração, e pelos reguladores (Compliance).

A Operadora vem continuamente aperfeiçoando suas políticas, suas ferramentas e investindo em treinamento de funcionários voltados aos processos de prevenção a fraudes, lavagem de dinheiro e comportamento ético.

A Deloitte, empresa de auditoria externa, e a área de auditoria interna gerenciada diretamente pela matriz, são as entidades que prestam serviços de auditoria. A auditoria interna tem um papel fundamental no sistema de controles internos e avaliação de riscos da Operadora, da mesma maneira como o Departamento de Controles Internos, a Auditoria Interna revisa periodicamente os processos da companhia a fim de atestar que os controles utilizados para mitigar os riscos estão funcionando adequadamente.

A estrutura de Auditoria Interna da Operadora se reporta diretamente a Auditoria Interna da Matriz da Companhia, comprovando assim sua independência. O escopo do trabalho a ser seguido durante o ano por esta unidade é definido com base na criticidade de cada processo, o tempo da última avaliação realizada e a necessidade do negócio.

A análise dos riscos e controles operacionais identificados pela estrutura de controles internos é documentada em controles eletrônicos, com revisão e reportes periódicos a equipe Regional Latam. Para os riscos relacionados às normas e regulamentos e para os riscos apontados pela auditoria interna é utilizado o sistema GRC, onde são inseridos os riscos, avaliações e planos de ação.

### Compromisso e agradecimentos

A diretoria da Operadora está confiante no crescimento de suas operações no Brasil e na continuidade dos seus investimentos. O nível de crescimento atingido ao longo destes anos, caracterizado por um forte incremento das vendas, base de clientes e alcance geográfico e o resultado positivo e consistente atingido a partir de 2014 nos deixam confiantes de que estamos construindo uma operação sólida e de longo prazo. Aproveitamos para reiterar nossos votos de estima à Agência Nacional de Saúde - ANS, aos nossos parceiros de negócios, clientes em geral e aos nossos colaboradores, e para os expressamos um especial reconhecimento pelo empenho e competência dedicados à MetLife Planos Odontológicos Ltda., promovendo uma constante melhoria dos produtos e serviços oferecidos aos nossos clientes.

### A Administração.

## Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2018	2017
<b>Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde</b>		<b>158.934</b>	<b>133.642</b>
Contraprestações líquidas	14	166.382	139.655
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(7.448)	(6.013)
<b>Eventos indenizáveis líquidos</b>	<b>15</b>	<b>(75.531)</b>	<b>(64.467)</b>
Eventos indenizáveis		(74.650)	(68.846)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(881)	4.379
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>		<b>83.403</b>	<b>69.175</b>
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	16	-	17.523
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>17</b>	<b>(20.925)</b>	<b>(12.478)</b>
<b>Resultado bruto</b>		<b>62.478</b>	<b>74.220</b>
<b>Despesas de comercialização</b>	<b>18</b>	<b>(18.966)</b>	<b>(13.280)</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>19</b>	<b>(49.737)</b>	<b>(37.098)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>20</b>	<b>6.625</b>	<b>11.798</b>
Receitas financeiras		6.669	12.601
Despesas financeiras		(44)	(803)
<b>Resultado antes dos impostos e das participações</b>		<b>400</b>	<b>35.640</b>
<b>Imposto de renda</b>	<b>21</b>	<b>(167)</b>	<b>(1.797)</b>
<b>Contribuição social</b>	<b>21</b>	<b>(58)</b>	<b>(664)</b>
<b>Impostos diferidos</b>	<b>21</b>	<b>964</b>	<b>(8.395)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.139</b>	<b>24.784</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2018	2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.139</b>	<b>24.784</b>
Outros resultados abrangentes		
Ativos financeiros disponíveis para venda:	754	1.825
Ajuste com títulos e valores mobiliários	1.142	2.766
Efeitos tributários	(388)	(941)
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>1.893</b>	<b>26.609</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

**Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**  
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo; ou
- For adquirido, principalmente, para ser vendido a curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Operadora administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Resultado Financeiro”, na demonstração do resultado.

**Ativos financeiros disponíveis para venda**  
Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos e não classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas às receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos são reconhecidas no resultado. Outras variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em ganhos e perdas não realizados, no patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários.

**Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**  
Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

**c) Créditos de operações com planos de assistência à saúde**  
São registrados no ativo dentro da categoria de empréstimos e recebíveis e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado “contraprestações efetivas de operações de assistência à saúde”. A provisão para perda sobre créditos é constituída conforme RN nº 418/16 e alterações com base em análise de créditos a receber vencidos acima de 60 dias para clientes pessoas físicas e 90 dias para pessoa jurídica, em montante suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização desses créditos.

**d) Imobilizado**  
Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil e econômica dos bens.

**e) Intangível**  
Representado por licença de uso de software, amortizados pelo prazo de 60 meses.

## Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO		P A S S I V O	
	Nota explicativa	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>13.056</b>	<b>14.374</b>
Disponível		382	39
Realizável		12.674	14.335
Aplicações	4	5.095	7.253
Aplicações não vinculadas a provisões técnicas		5.095	7.253
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	5	5.315	4.068
Contraprestações pecuniárias a receber		5.198	3.990
Operadoras de planos assistência saúde		44	-
Outros créditos de operações com planos de assistência saúde		73	78
Créditos tributários e previdenciários	6	1.817	2.063
Bens e títulos a receber	7	379	320
Despesas antecipadas		68	631
<b>Não circulante</b>		<b>84.788</b>	<b>75.697</b>
Realizável a longo prazo		84.048	74.534
Aplicações	4	69.971	61.372
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		15.477	15.247
Aplicações não vinculadas a provisões técnicas		54.494	46.125
Ativo fiscal diferido	6	14.077	13.113
Depósitos judiciais e fiscais		-	4
Outros créditos a receber a longo prazo		22	57
Imobilizado		22	57
Imobilizado de uso próprio		11	21
Hospitalares/odontológicos		11	36
Não hospitalares/odontológicos		718	1.106
Intangível	8	97.844	90.071
<b>Total do ativo</b>		<b>97.844</b>	<b>90.071</b>
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>			
		<b>29.656</b>	<b>21.662</b>
<b>Circulante</b>		<b>29.656</b>	<b>21.662</b>
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		12.128	10.794
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		93	106
Provisão para eventos ocorridos e não avisados	9c)	7.351	6.470
Provisão de eventos a liquidar	9b)	4.684	4.218
Débitos de operações de assistência à saúde		28	6
Comercialização sobre operações		28	6
Tributos e encargos sociais a recolher	10	1.439	2.443
Débitos diversos	11	16.061	8.419
<b>Não circulante</b>		<b>1.356</b>	<b>957</b>
Provisões para tributos diferidos		1.298	910
Provisões para ações judiciais	12	58	47
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>66.832</b>	<b>67.452</b>
Capital social	13a)	39.944	39.944
Ganhos e perdas não realizados	13b)	2.519	1.765
Lucros acumulados		24.369	25.743
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>97.844</b>	<b>90.071</b>

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Ganhos e perdas não realizados	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>39.944</b>	<b>(60)</b>	<b>4.787</b>	<b>44.671</b>
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	4/13b)	1.825	-	1.825
Lucro líquido do exercício		-	24.784	24.784
Juros sobre o capital próprio	13c)	-	(3.828)	(3.828)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>39.944</b>	<b>1.765</b>	<b>25.743</b>	<b>67.452</b>
Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	4/13b)	754	-	754
Lucro líquido do exercício		-	1.139	1.139
Juros sobre capital próprio	13c)	-	(2.513)	(2.513)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>39.944</b>	<b>2.519</b>	<b>24.369</b>	<b>66.832</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)

	2018	2017	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			<b>6.554</b>	<b>10.304</b>
Recebimento de planos saúde	157.293	136.678	<b>1.139</b>	<b>24.784</b>
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviços de saúde	(71.850)	(64.564)	<b>436</b>	<b>(21.720)</b>
Pagamento de comissões	(21.021)	(14.489)	423	425
Pagamento de pessoal	(8.777)	(11.290)		
Pagamentos de pró-labore	(399)	(123)		
Pagamento de serviços de terceiros	(397)	(2.263)		
Pagamento de tributos e encargos sociais retidos	(16.799)	(17.948)		
Pagamento de aluguel	(38)	(282)		
Pagamento de promoção/publicidade	-	(177)		
Aplicações financeiras	828	(2.826)		
Outros pagamentos operacionais	(38.497)	(22.806)		
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	343	(90)		
<b>Aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>343</b>	<b>(90)</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial	39	129		
Saldo final	382	39		
<b>Aumento/redução em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>343</b>	<b>(90)</b>		
Ativos livres no início do exercício	53.417	43.113		
Ativos livres no final do exercício	59.971	53.417		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)

### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A MetLife Planos Odontológicos Ltda. (“Operadora”) está localizada na Rua Flórida, 1.595 - Brooklin Novo, no cidade de São Paulo, estado de São Paulo, cuja controladora é a MetLife Inc., uma sociedade de capital aberto devidamente constituída no estado de Delaware nos Estados Unidos da América, localizada na 1.095 Avenue of the Americas, Nova York, e tem como objetivo a operação de planos privados de assistência à saúde, exclusivamente odontológicos, bem como a realização de outras atividades condizentes com esse objetivo.

### 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e de acordo com o Plano de Contas instituído pela Resolução Normativa - nº 290 de 27 de fevereiro de 2012 alterado pela Resolução Normativa - nº 418 de 28 de dezembro de 2016 e alterações

da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sendo as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3.

### 3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

**a) Caixa e equivalentes de caixa**  
Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até 3 meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estes eram compostos por saldos de caixas e bancos registrados na rubrica “Disponível”.

**b) Ativos financeiros**  
Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As



...Continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)****f) Demais ativos realizáveis a longo prazo**

São representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.

**g) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde****Provisão de eventos a liquidar**

Os custos dos serviços prestados são registrados com base nas notificações dos prestadores de serviços da rede credenciada quando da ocorrência dos eventos cobertos pelos planos, em contrapartida às contas de resultado de eventos indenizáveis líquidos.

**Provisão de eventos ocorridos e não avisados**

A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e alterações que objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente utilizando metodologia atuarial própria conforme instrução da RN nº 393/15 e alterações.

**Provisão para prêmios/contraprestações não ganhas (PPCNG)**

A Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG) é calculada "pro rata die" relativa à parcela de prêmio/contraprestação cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu, conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15.

**h) Reconhecimento das receitas operacionais**

As receitas de contraprestações dos planos de assistência odontológica são reconhecidas, observados os períodos de coberturas contratuais, pelo regime de competência. As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência odontológica são contabilizadas pelo regime de competência.

**i) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados**

Os custos com operação própria de atendimento odontológico são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pelos profissionais e pelas clínicas conveniadas são contabilizados com base nas notificações comunicando a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

**j) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e dos encargos incorridos.

**k) Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$240 no exercício. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente.

**l) Imposto de renda e contribuição social diferido**

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "Liability Method", equivalente ao CPC 32) de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o montante do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, aprovados anualmente pela Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Operadora e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

**m) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como "Contas a pagar" e "Débitos de operações com seguros".

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive, quando aplicável, honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

**n) Obrigações legais**

A avaliação da provisão para os processos judiciais, exceto aquelas oriundas de sinistros, é efetuada observando-se as determinações do CPC nº 25 - Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes.

As provisões para processos judiciais são classificadas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os processos judiciais classificados como perda provável são integralmente provisionados, como provisão para ações judiciais.

Obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independe da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal.

**o) Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, ajustes na provisão para realização de contas a receber, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões técnicas e para riscos ou perdas tributárias. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá vir a ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Operadora revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

**p) Normas de interpretações novas e revisadas e já emitidas e não adotadas**

O CPC editou os pronomenciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e ANS de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronomenciamentos e modificações sejam aprovados pela ANS até a data de sua aplicação obrigatória.

**CPC 48** - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi concedida uma isenção temporária da aplicação do IFRS 9 para a Operadora, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial do IFRS 17.

**IFRS 17** - "Contratos de Seguro" O pronomenciamento substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:

- Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
- Premium Allocation Approach (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que refletem as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis não divulgou até a data desta demonstração financeira o CPC relativo ao IFRS 17.

**4 APLICAÇÕES**

a) Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os instrumentos financeiros representados por aplicações financeiras estavam assim apresentados:

	2018	2017				
	Custo	Valor Justo	Ajustes TVM	Efeitos tribu- tários (iii)	Líquido (iii)	Valor Justo
<b>Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação:</b>						
Fundos de investimento - Renda fixa (i)	5.095	5.095	-	-	-	7.253
<b>Total títulos para negociação</b>	<b>5.095</b>	<b>5.095</b>	-	-	-	<b>7.253</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda:</b>						
Notas do Tesouro Nacional - NTN (ii)	59.050	62.464	3.414	(1.161)	2.253	54.617
Letras do Tesouro Nacional - LTN (ii)	7.104	7.507	403	(137)	266	6.755
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (ii)	-	-	-	-	-	-
<b>Total títulos disponíveis para venda</b>	<b>66.154</b>	<b>69.971</b>	<b>3.817</b>	<b>(1.298)</b>	<b>2.519</b>	<b>61.372</b>
<b>Total</b>	<b>71.249</b>	<b>75.066</b>	<b>3.817</b>	<b>(1.298)</b>	<b>2.519</b>	<b>68.625</b>

(i) O valor das cotas de fundos de investimento - renda fixa foi apurado com base nos valores das cotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Operadora aplica seus recursos. Os fundos de investimento em que a Operadora aplica não são exclusivos.

(ii) Os títulos públicos federais foram atualizados pela variação da taxa SELIC e foram ajustados ao valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBI-MA. Estes títulos possuem mercado ativo com liquidez diária.

(iii) Valores contabilizados diretamente em conta de patrimônio líquido - ganhos e perdas não realizados - TVM.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, os títulos públicos integrantes da carteira encontravam-se sob custódia de instituição financeira intermediária. A custódia das cotas dos fundos de investimento é mantida diretamente pelos administradores desses fundos.

**Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial**

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento

inicial, são classificados nos níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as mensurações dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (nível 1).

**b) Aplicações por prazo de vencimento**

Em 31 de dezembro de 2018, os vencimentos dos ativos estão distribuídos conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Até 3 meses ou sem vencimento	6 a 12 meses	Acima de 3 anos	Total
<b>Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado</b>	<b>5.095</b>	-	-	<b>5.095</b>
Quotas de fundos de investimento abertos	5.095	-	-	5.095
<b>Ativos financeiros disponíveis para a venda</b>	-	-	<b>69.971</b>	<b>69.971</b>
Títulos de renda fixa públicos	-	-	69.971	69.971

**5 CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE (CLIENTES)**

Os Créditos de operações com planos de assistência à saúde são inicialmente reconhecidos pelo valor justo. Considerando que as operações têm prazo médio de recebimento de até 30 dias, a Administração entende que os ajustes a valor presente resultariam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras:

	2018					
	Vencidas					
	Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Provisão para perda sobre créditos	Total
Faturas a receber	3.763	3.657	2.888	2.024	(7.017)	5.315
<b>Total líquido</b>	<b>3.763</b>	<b>3.657</b>	<b>2.888</b>	<b>2.024</b>	<b>(7.017)</b>	<b>5.315</b>

	2017					
	Vencidas					
	Até 30 dias	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	Acima de 60 dias	Provisão para perda sobre créditos	Total
Faturas a receber	3.670	1.701	848	5.281	(7.432)	4.068
<b>Total líquido</b>	<b>3.670</b>	<b>1.701</b>	<b>848</b>	<b>5.281</b>	<b>(7.432)</b>	<b>4.068</b>

**a) Movimentação de faturas a receber:**

	2018	2017
Contraprestações a receber no início do exercício	4.068	4.326
Contraprestações emitidas	166.381	140.887
Recebimentos	(157.445)	(135.516)
Reversão (constituição) para perdas sobre crédito	425	(5.629)
Baixas/cancelamentos	(8.114)	-
<b>Contraprestações a receber no final do exercício</b>	<b>5.315</b>	<b>4.068</b>

**6 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

Em 31 de dezembro de 2018, a Seguradora apresenta base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal no montante de R\$ 22.959 (R\$ 22.458 em 2017) e diferenças temporárias no montante de R\$ 18.444 (R\$ 16.110 em 2017) a compensar com lucros futuros. A legislação permite que bases negativas de contribuição social e prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores sejam compensadas com lucros tributáveis futuros, limitados a 30% de cada lucro tributável auferido em determinado ano, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Impostos a compensar (i)	1.817	2.063
IR e CS sobre outros diferenças temporárias (a)	6.271	5.477
IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (a)	7.806	7.636
<b>Total</b>	<b>15.894</b>	<b>15.176</b>
Circulante	1.817	2.063
Não circulante	14.007	13.113
(i) Os impostos a compensar são formados, substancialmente, por créditos a compensar de órgãos públicos.		

**(a) Demonstração do cálculo do crédito tributário:**

	2018	2017
Base negativa acumulada de contribuição social	22.959	22.458
Adições temporárias (i)	18.444	16.110
<b>Total</b>	<b>41.403</b>	<b>38.568</b>
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Crédito tributário de contribuição social	3.726	3.471
Prejuízo fiscal acumulado	22.959	22.458
Adições temporárias (i)	18.444	16.110
<b>Total</b>	<b>41.403</b>	<b>38.568</b>
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário de imposto de renda	10.351	9.642
Total do crédito tributário constituído	14.077	13.113
<b>Total do crédito tributário</b>	<b>14.077</b>	<b>13.113</b>

(i) As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para eventos/sinistros ocorridos e não avisados (PEONA).

	Total	2019	2020	2021	2022	2023	2024-2028
Realização IRPJ/CSLL	14.077	892	1.911	6.374	1.138	627	3.135

**7 BENS E TÍTULOS A RECEBER**

	2018	2017
Adiantamentos a funcionários	379	313
Comissões a recuperar	-	7
<b>Total</b>	<b>379</b>	<b>320</b>

**8 INTANGÍVEL**

	2018	2017
Licenças de uso de <i>software</i>	2.097	1.106
<b>Total</b>	<b>2.097</b>	<b>1.106</b>

**9 RECURSOS PRÓPRIOS MÍNIMOS, DEPENDÊNCIA OPERACIONAL E PROVISÕES TÉCNICAS**

Em 16 de dezembro de 2010, a ANS publicou a Resolução Normativa - RN nº 243, que estabeleceu novas regras para constituição de provisões técnicas, critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo e dependência operacional. As principais definições foram:

- a) O Patrimônio Mínimo Ajustado** - PMA representa o valor mínimo do patrimônio líquido ou patrimônio social, calculado a partir da multiplicação de fatores determinados pelo capital base de R\$ 8.503 (R\$8.146 em 31 de dezembro de 2017), anualmente atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Por esta regra, o PMA requerido desta Operadora, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$ 373 (R\$263 em 31 de dezembro de 2017) sendo o patrimônio líquido ajustado da Operadora, em 31 de dezembro de 2018, de R\$ 58.240 (R\$ 58.079 em 31 de dezembro de 2017).
- b) Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a provisão de eventos a liquidar, nos montantes de R\$ 4.684 e R\$ 4.218, respectivamente, representam valores relativos à prestação de serviços odontológicos efetuados por profissionais e clínicas conveniadas à Operadora em atendimento aos usuários dos serviços de saúde, reconhecidos pelo regime de competência.**
- c) A Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados** - PEONA é apurada conforme Resolução Normativa - RN nº 393/15 e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não tenham sido notificados à Operadora. A Operadora constitui a PEONA integralmente seguindo os parâmetros mínimos determinados pela RN nº 393/15. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a PEONA foi registrada nos montantes de R\$ 7.351 e R\$ 6.470, respectivamente.
- d) Margem de solvência:** manter patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, sendo 100% para as contraprestações da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, sendo 100% dos eventos/sinistros da modalidade preestabelecido e 50% para a modalidade pós-estabelecido, o maior dos dois.

	2018	2017
<b>Margem de solvência</b>	<b>66.832</b>	<b>67.452</b>
Patrimônio líquido	(7.806)	(7.636)
(-) Créditos tributários (s/prejuízo e base negativa)	(68)	(631)
(-) Despesas antecipadas	(718)	(1.106)
(-) Ativo intangível	(718)	(1.106)
<b>Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)</b>	<b>58.240</b>	<b>58.079</b>
(A) 0,20 vezes das contraprestações - últimos 12 meses	33.276	27.931
(B) 0,33 vezes da média dos eventos - últimos 36 meses	17.548	20.379
<b>Margem de solvência total = maior entre (A) e (B)</b>	<b>33.276</b>	<b>27.931</b>
Proporção cumulativa	70,52%	63,16%
Margem de solvência mínima	23.466	17.641
<b>Suficiência/insuficiência)</b>	<b>34.774</b>	<b>40.438</b>

**10 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	2018	2017
<b>Tributos e contribuições sobre o lucro a recolher</b>	-	480
Imposto de Renda	-	179
Contribuição Social	-	179
Imposto Sobre Serviços	239	202
PIS	61	50
COFINS	379	306
<b>Subtotal</b>	<b>679</b>	<b>1.217</b>

	2018	2017
<b>Tributos e contribuições de terceiros a recolher</b>	-	-
Imposto de Renda Retido de terceiros	298	351
Imposto Sobre Serviços	76	106
Contribuições Previdenciárias	224	477
FGTS	77	98
PIS/COFINS/CSLL	85	83
Taxa de Saúde Complementar - ANS	-	111
<b>Subtotal</b>	<b>760</b>	<b>1.226</b>
<b>Total de Tributos e Contribuições a Recolher</b>	<b>1.439</b>	<b>2.443</b>

**11 DÉBITOS DIVERSOS**

	2018	2017
Outros débitos diversos	5.389	3.253
Fornecedores a pagar	3.126	1.140
Intercompany a pagar (nota 22)	4.025	1.528
Depósitos de terceiros	1.221	280
Obrigações com pessoal	2.300	2.218
<b>Total</b>	<b>16.061</b>	<b>8.419</b>

**12 PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS**

A Operadora é parte de processos judiciais envolvendo riscos. A movimentação dos saldos das provisões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é a seguinte:

	2017		2018		
Valor da provisão	Adições	Atualização monetária	Reversões/pagamentos	Valor da provisão	
<b>Obrigações legais e provisões para riscos:</b>					
Provisões cíveis	12	239	13	(243)	21
Provisões Trabalhistas	35	-			



Navigating life together

...Continuação

## Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais - R\$)

### 24 GERENCIAMENTO DE RISCO

A Operadora acredita que uma assertiva Gestão de Riscos é essencial para a sustentabilidade do seu negócio e o pleno atendimento aos seus clientes, acionistas, stakeholders e colaboradores.

Visando alavancar os objetivos estratégicos com a Gestão de Riscos, a companhia é estruturada no modelo de O3 linhas de defesa, a qual permite a participação de todas as áreas e níveis hierárquicos da companhia, desde as áreas de negócio até a alta administração na avaliação dos riscos inerentes a Operadora.

A área de Gestão de Riscos da operadora é independente e se reporta diretamente para a Diretoria Regional de Riscos, garantindo imparcialidade nas suas avaliações e submissão de resultados.

#### Risco Operacional

A Operadora avalia periodicamente os riscos inerentes aos quais está exposta na dimensão inerente e residual. De maneira a quantificar a materialização dos Riscos Operacionais, a companhia compõe uma base de dados de perdas em sua operação mediante metodologia própria. Cabe destacar que as áreas operacionais e de negócio são partes fundamentais na avaliação deste tipo de risco.

#### Gestão de capital

O gerenciamento do capital da Operadora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócio bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam o Patrimônio Mínimo Ajustado (Resolução Normativa - RN nº 209 e alterações).

#### Risco de mercado e concorrência

A Operadora opera em um mercado competitivo, concorrendo com outras empresas

que oferecem planos odontológicos com benefícios similares, incluindo as seguradoras do ramo saúde e operadoras de planos de saúde e médicos hospitalares.

#### Risco de flutuação dos custos médicos odontológicos

Os contratos possuem prazo médio de 24 meses, cláusula de rescisão com aviso prévio de 60 dias e multa contratual para rescisões solicitadas fora de prazo. Em sua maioria também possuem cláusulas de reajuste anual do valor das taxas praticadas através do índice de sinistralidade, que consiste na divisão do valor dos custos incorridos nos últimos doze meses pelas contraprestações pecuniárias líquidas.

#### Risco de crédito

O risco de crédito advém da possibilidade da Operadora não receber valores decorrentes das contraprestações vencidas. A política de crédito considera as peculiaridades das operações de planos odontológicos e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes.

Através de controles internos adequados, a Operadora monitora permanentemente o nível de suas contraprestações a receber. A metodologia de apuração da provisão para perdas sobre créditos está descrita na nota explicativa nº 3c.

No tocante à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através de um comitê de investimento se observados os dispostos da RN nº 392/15 da ANS no tocante à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores.

#### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Operadora, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Operadora procura mitigar esse risco através do equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas

disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso, a Operadora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados a garantia das provisões técnicas.

#### Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Operadora estar sujeita a alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio de investimentos. A Operadora busca reduzir os impactos das alterações nas taxas de juros através da elaboração de mandatos de investimento estabelecidos, considerando diversos aspectos, tais como: perfil de negócio, estudos atuariais e aspectos de liquidez.

#### Análise de sensibilidade de variações da taxa de juros

As flutuações das taxas de juros de curto prazo tais como o CDI, a Selic ou ainda as variações na Estrutura a Termo de Taxa de Juros, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e equivalente de caixa.

Em 31 de dezembro de 2018, se as taxas médias de mercado de 2018 fossem 2% maiores ou menores do que o verificado no período e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 aumentaria/diminuiria em aproximadamente R\$ 139.

### 25 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração da Operadora em 27 de março de 2019.

#### Diretoria

**Raphael Afonso Godinho de Carvalho**  
Diretor-Presidente

**Cassia Teresinha Lopes de Alcântara Gil**  
Diretora Técnica

**Cristina Varella**  
Controller

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas da  
**Metlife Planos Odontológicos Ltda.**  
São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Metlife Planos Odontológicos Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metlife Planos Odontológicos Ltda., em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Operadora é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O

#### Contador

**Marcos Antonio Klein**  
Contador - CRC 1SP225765/O-2

risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2019

**Deloitte.**  
DELOITTE TOUCHE TOMHATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Carlos Claro**  
Contador  
CRC nº 1 SP 236588/O-4